



Considera o presidente da AIMinho

Empresas são quem está a pagar o resgate do país

JORGE OLIVEIRA

O presidente da Associação Industrial do Minho, António Marques, disse, ontem, que as empresas são quem está a pagar para que o país possa regressar aos mercados e deixe de depender do financiamento da troika.

«Quem paga tudo isto são as empresas, o resto é instrumental. Não é uma câmara municipal, não é a Segurança Social, não é o Fisco...», atirou o dirigente, numa conferência na Universidade do Minho, organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e a rádio TSF, no âmbito do ciclo nacional subordinado ao tema «Iniciativa privada – A economia, as empresas e o sistema fiscal».

António Marques juntamente com os presidentes da Associação Comercial de Braga (ACB) e da ATAHCA (Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave) e do vice-presidente da cooperativa Turel – Turismo Cultural e Religioso, participou num debate em que se avaliou o estado da economia da região e também do país e apontou soluções, numa altura em que se anuncia um crescimento do PIB e a diminuição do défice orçamental.



Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e TSF organizaram conferência na UMinho

O dirigente da AIMinho enalteceu os setores tradicionais (têxtil, calçado e construção) por terem apostado não só nas exportações, mas também na inovação, contribuindo, assim, para a «afirmação de um país competitivo», e avisou que o próximo quadro comunitário não vai resolver os problemas financeiros do país.

Por outro lado, desvalorizou os setores das indústrias criativas que, no seu entender, «valem tostões» comparando com o volume de negócios alcançado pelas empresas tradicionais.

Para António Marques, o país será competitivo se nos próximos anos se melhorar o consumo interno, aliviar a carga fiscal,

baixar os custos da energia e levar conhecimento (do ensino superior) às empresas.

O presidente da ACB, Domingos Macedo Barbosa, na radiografia que fez sobre o comércio, salientou que a «desindustrialização» na região foi o que mais afetou o setor, sobretudo o encerramento de empresas de construção civil, mas também os cortes de pensões, ordenados e o desemprego têm tido repercussões no setor por via da diminuição do consumo.

O comércio tradicional foi ainda afetado, disse, com a deslocalização de serviços públicos do centro da cidade para a periferia, sendo o caso mais notório o do hospital. Bar-

bosa queixou-se ainda do quadro fiscal que, disse, «não é nada favorável à abertura de novos estabelecimentos», e da nova lei do arrendamento comercial que «faz com que a cidade não se torne tão competitiva na atração de novos investidores».

O problema do comércio resolve-se pondo dinheiro no bolso dos consumidores, acrescentou.

O presidente da ATAHCA colocou o dedo no problema do despovoamento das regiões do interior, defendendo que é necessário fixar jovens com «massa crítica, conhecimento» nos territórios mais abandonados. A agricultura pode ser uma saída, mas o Estado deve definir uma «estratégia mais

consolidada» neste regresso de jovens à agricultura. Nesse sentido, o presidente da ATAHCA defende a oferta de apoio técnico à inovação e experimentação e a implementação de planos diretores agrícola e florestal bem como a criação de cadastros florestal e da terra. Mota Alves espera ainda que haja uma gestão de plurifundo e o próximo quadro comunitário de apoio não seja tão burocratizado como o atual.

No turismo, Abílio Vilaça disse que é necessário desenvolver mais os recursos, aumentar as competências técnicas dos recursos humanos (guias profissionais) e apostar na oferta de produtos turísticos no estrangeiro.

O dirigente realçou que existem quatro mil monumentos religiosos visitáveis que poderiam originar a criação de 12 mil postos de trabalho.

Atendendo às projeções sobre a evolução da entrada de turistas em Portugal (esperam-se 20 milhões em 2030), Abílio Vilaça acredita que o turismo será a alavanca da economia portuguesa nas próximas duas décadas.

A conferência, na qual participou também o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, encerrou com uma comunicação do vice-reitor da UMinho José Mendes, que defendeu que a retoma do crescimento de Portugal só pode acontecer pelas exportações. «As exportações representam 40% do PIB nacional, temos que chegar a 60% para que nossa economia tenha solvabilidade», disse.